

É o fim, por enquanto, da moratória de fato

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

Quase oito meses depois, o Brasil finalmente consegue sair do estado de moratória de fato em que se encontrava desde agosto: o fim da "centralização cambial" significa que o País volta a enviar pagamentos para o Exterior normalmente, sem atrasos, porque o caixa do Banco Central está novamente aliviado pela entrada das parcelas do empréstimo-jumbo e do crédito do Fundo Monetário Internacional (FMI). As empresas já não precisarão mais recorrer ao câmbio negro para conseguir dólares para pagamentos externos.

Com a revogação da Resolução 851, para atender os compromissos firmados com os credores, ganha todo mundo: o próprio país, que terá sua imagem melhorada internacionalmente por deixar de integrar a lista dos devedores em atraso que não cumprem as obrigações em dia; os importadores, que pode-

rão barganhar preços melhores já que darão a garantia de pagamento em dia; as empresas de transporte e serviços (como telefonia internacionais) que voltarão a ter crédito no exterior; as pessoas físicas residentes no exterior, que poderão novamente receber suas remessas normalmente; e o Tesouro Nacional, que deixará de arcar com os juros sobre os pagamentos externos não realizados.

Durante esta "moratória branca" o Banco Central simplesmente não enviava nada para o exterior a não ser os pagamentos de importações essenciais - como petróleo - e algumas parcelas de juros que do inadimplente em foros internacionais. Exemplo: uma empresa brasileira que devia a um banco americano, pela importação de algum equipamento, recolhia o pagamento em cruzeiros ao seu banco aqui dentro, na data marcada. O banco transferia o pagamento ao Banco Cen-

tral, que normalmente deveria fazer a conversão e entregar ao banco lá fora a soma correspondente em dólares. Durante a "centralização cambial", entretanto, o Banco Central simplesmente não enviava os dólares, assumindo os juros sobre o atrasado.

Esta situação causou inúmeros problemas à economia nacional, mas o governo não tinha outra solução: ou fazia a centralização, que foi comunicada aos credores, ou simplesmente teria sido declarado inadimplente - e aí sim, aviões brasileiros seriam tomados em aeroportos estrangeiros, bens de empresas lá fora seriam seqüestrados etc. Os problemas causados aqui dentro vão desde o drama de alguém que precisava enviar dinheiro para um parente em tratamento médico nos Estados Unidos, por exemplo, até a expansão das atividades ilegais como contrabando e mercado negro de moedas.